



Destarte é previsto na própria legislação o cabimento da medida liminar, que está previsto na lei 12.016 de 2009, em seu art. 7.º, III, que suspende o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e se do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida. Demonstrando o “fumus boni iuris e o periculum in mora”, enquadrando perfeitamente no caso em tela.

5.3. DA INEXISTÊNCIA DE PERICULUM IN MORA INVERSO:

Inexiste periculum in mora inverso por duas simples razões: primeiramente porque o bem jurídico do Impetrante é imensamente superior ao bem jurídico eventualmente consistente na assunção do contrato por uma empresa que, trata-se do respeito a legalidade, isonomia e a moralidade.

Além do mais, NÃO HÁ QUALQUER RISCO DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NO SERVIÇO OBJETO DO CERTAME ATUAL PRESTADORA DO SERVIÇO, lá permanecendo executando os serviços o tempo necessário até a decisão final deste mandamus, vez que seu contrato ainda encontra-se valido e passível de continuidade conforme contratos anexos.

5.4 DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR

Por tudo quanto posto e com o múnus manifestamente acautelatório, requer:

A SUSPENSÃO Pregão Eletrônico nº 046 / 2019, Processo de Compra nº 1451044, Processo SEI nº 1450.01.0019173/2019-89, e de todos os demais atos dele decorrentes, até o julgamento de definitivo da presente ação, ordenando que as autoridades coatoras cumpram de imediato a decisão sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

6. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, mantida a Liminar, requer:

- a) Seja julgado inteiramente procedente o seu pedido – concedendo a segurança almejada – para, reconhecendo a ilegalidade perpetrada, a título de obrigação de fazer, determinar que a 1ª Autoridade Coatora SEJA COMPELIDA EXCLUIR DO CERTAME A EMPRESA APARECIDA